

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA
FEDERAL EM ALAGOAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08230.002928/2024-11

A **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, entidade com personalidade jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 05.665.521/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, **STÊNIO BARBOSA DE LUCENA**, portador do CPF 451.961.924-68, vem, tempestivamente, conforme permitido no § 4º, do art. 165, Lei nº 14.133, de 2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela empresa Concorrente/Licitante N. PRIME CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 40.911.117/001-41, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interposto:

I. FATOS:

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS, que tem como objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados de prestação do serviço de RECEPÇÃO, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 90005/2024.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o seu resultado divulgado dentro dos termos da Lei nº14.133, de 2021.

No resultado, justamente a presente empresa CONTRARAZOANTE foi declarada como VENCEDORA por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DA RECORRENTE, que interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão, alegando inconsistências na planilha apresentada.

II. DAS RAZÕES ALEGADAS:

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

Os argumentos trazidos nas razões recursais não podem prosperar. Esclarece-se que as empresas recorrentes devem possuir o PLENO DIREITO de interpor recursos, sendo um exercício do direito de ampla defesa e contraditório, ao qual utiliza-se da garantia constitucional para afastar ato que julga como inapropriado. A problemática reside quando a empresa possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **“a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados”**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade. Importa trazer que o recurso interposto é de fato um VERDADEIRO SOFISMO, ao qual visa OBSTRUIR TODO O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO com claro intuito de postergar.

Destacamos antes de mais nada, que a alegação do Recurso Administrativo da N. PRIME CONSTRUTORA LTDA, trouxe interpretação totalmente distorcida da legislação e das jurisprudências citadas, talvez com o intuito de levar a erro quem deverá apreciar, ou ainda pelo fato de ser uma empresa quem tem como atividade principal, conforme CNAE **41.20-4-00 - Construção de edifícios**. Talvez a realidade da atividade de construção seja realmente mais onerosa, como por exemplo SAT é 3%, os riscos de acidente de trabalho, doença ocupacional, demissões, etc; serem bem maior.

Mas isso não deveria ser motivo para que a mesma rotule que as empresas voltadas realmente para o seguimento de TERCEIRIZAÇÃO, tenham a mesma situação de uma empresa do seguimento de CONSTRUÇÃO CIVIL.

O presente instrumento pretende ser sucinto e conciso em todos os pontos, uma vez que é sabido, Comissão, que a Administração e o licitante devem observar rigorosamente as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Isto posto, é mister apontar que a respeitável Comissão decidiu sabiamente ao aceitar a proposta da ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA, julgando e habilitando, por entender que atendeu integralmente as exigências do edital.

Repisa-se a planilha de formação de preços apresentada pela CONTRARRAZOANTE é perfeitamente válida. Todos os cálculos utilizados pela licitante estão consubstanciados na legislação trabalhista vigente e orientações do órgão de controle sobre a coisa pública, principalmente em defesa do erário público, que não autoriza o pagamento de valores acima do permitido na Lei, ou seja, não se deve prever aquilo além do previsto na legislação pertinente ao fato, conforme veremos a seguir;

Das alegações da RECORRENTE “Valores Irreais de Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado”

Tanto os órgãos reguladores quanto as normativas vigentes que vincula as licitações, tratam esse tema com percentuais máximos admitidos, evitando que a ADMINISTRAÇÃO tenham nas suas licitações, licitantes que venham a utilizar valores/percentuais acima do especificado. Lembrando que esses itens (Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado), devem retratar a realidade do licitante, e assim o fez a CONTRARRAZOANTE, ao apresentar sua planilha de custos, e que foi recepcionada e aceita pelo Nobre Pregoeiro.

É tanto que o Aviso Prévio Trabalhado é um custo não renovável, pois a partir de um ano da execução do contrato de prestação de serviços, conforme as mesmas orientações citadas pela RECORRENTE, tem sua redução prevista para o percentual de 0,19%. Vale destacar, que a previsão contratual desse pregão eletrônico é de dez anos, e essas provisões também devem

ter um tratamento diferenciado, principalmente por estarmos tratando de uma mão de obra mais voltada para a área burocrática e não para uma atividade de maior esforço, de risco, de alta rotatividade que é o seguimento da CONSTRUÇÃO CIVIL.

O Acórdão 1.904/2007 do Plenário do TCU estipula um teto máximo no percentual de 1,94%, mas que sua cotação por parte das licitantes não é obrigatória, já que o percentual é variável, não tendo como afirmar que após 12 meses todos os funcionários serão demitidos e que o uso de tal benefício poderá ser custeado por uma quantidade menor ou a empresa também poderá remanejar o empregado para outro contrato em vigor, dispensando tal despesa.

Ainda, alguns elementos integrantes da planilha de custos são variáveis e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.

Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento fixo mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes.

Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante de acordo com a sua realidade, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.

Por isso, o cálculo pode variar conforme a política e sistemática de cada empresa, cabendo à licitante a obrigação de cobrir todos os postos durante a execução do contrato.

Média Irreal de Dias Úteis para Vale-Alimentação e Vale-Transporte

A CONTRARRAZOANTE, apresentou juntamente com sua planilha de custos o demonstrativo da média de dias efetivamente trabalhados, tirando inclusive os feriados que ocorreram em dias de sábado e domingos, desta forma, não há o que se falar que o cálculo demonstrado não reflete uma realidade para considerar os dias efetivamente trabalhados.

A própria CCT de número de registro AL000026/2024, que serviu de base para o referido pregão eletrônico, já esclarece esse entendimento, conforme descrevemos do seu texto da CLÁUSULA NONA – DA ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR, onde estabelece que o benefício será concedido tão somente para os dias efetivamente trabalhados.

...A distribuição dos TICKET's será realizada no máximo até o dia 20 do mês seguinte, sendo facultado às empresas descontar do valor referente aos dias em que o empregado tenha faltado ao serviço, sendo justificada ou não a falta, **bem como os dias em que não houver fornecimento do serviço em virtude de feriado ou não funcionamento do local da prestação do serviço**, ao valor diário de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais). **Ou seja, apenas serão considerados os dias efetivamente trabalhados...**

A lei nº 7418/1985, que institui o vale transporte, também deixa claro que a sua utilização será no deslocamento residência-trabalho e vice-versa, sendo assim, o entendimento é que uso será restrito ao trabalho, não tendo o trabalho em virtude de um feriado Municipal, Estadual ou Nacional, não será devido o benefício para esses dias.

Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

No Acórdão do TCU nº 1904 Plenário – pág. 15, o TCU não aceitou a quantidade de 22 dias e mandou o DNIT readequar o valor do contrato, pois o entendimento é que os benefícios deveriam ser concedidos tão somente para os dias efetivamente trabalhados.

Conclusão:

Repisa-se a planilha de formação de preços apresentada pela CONTRARRAZOANTE é perfeitamente válida. Todos os cálculos utilizados pela licitante estão consubstanciados na legislação trabalhista vigente e orientações do órgão de controle sobre a coisa pública, principalmente em defesa do erário público, que não autoriza o pagamento de valores acima do permitido na Lei, ou seja, não se deve prever aquilo além do previsto na legislação pertinente ao fato.

Já em relação aos percentuais/valores inseridos na sua planilha de custos relacionados ao Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado, a CONTRARRAZOANTE deixa claro que se utilizou da realidade do seu negócio e das Políticas de trabalho da área de Recursos Humanos, inclusive não há nenhuma vinculação jurídica ou legal que determine percentuais mínimos, pelo contrário, há um limite de teto máximo.

O Art. 63 da IN 06/2017, esclarece que por tratarem-se de elementos de custos variáveis, podendo ou não ocorrer, serão suportados pela contratada, conforme prevê, por serem considerados como inerentes aos riscos do seu negócio.

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

O julgamento da proposta tem que ser sempre em **prol da economicidade na contratação**, sendo vedado ainda, julgamento subjetivo ou que contrarie as determinações o princípio da economicidade que norteia os processos licitatórios na modalidade de pregão, pelo qual deve a Administração primar pela seleção da proposta mais vantajosa ao erário, e assim ocorreu, pois o NOBRE PREGOEIRO, acatou a proposta apresentada pela CONTRARRAZOANTE.

Vale lembrar, que o licitante é responsável pelo preço ofertado não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, conforme previsto no item 4.4 do EDITAL, conforme a seguir:

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

E mesmo que houvesse alguma inconsistência ou erro na planilha apresentada, **vale destacar que não é o caso**, ainda caberia a oportunidade para correção, conforme o item 6.12 do EDITAL, e não seria motivo para a inabilitação suscitada pela recorrente;

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

III. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO ORA IMPUGNADO, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e da **Lei nº14.133, de 2021**, e com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

Termos em que

Pede deferimento

Olinda, 14 de agosto de 2024



ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE
RECURSOS HUMANOS EIRELI-EPP
Stênio Barbosa de Lucena
Proprietário
RG. 2.664.500 – CPF 451.961.924-68